

RAMBO VEM AÍ

Lídia Goldenstein

O governo de Fernando Collor de Melo tem início sob a mais ansiosa expectativa de toda a nação. Seria surpreendente se assim não fosse pois, afinal, o país vive a mais profunda crise econômica de sua história. Como se não bastasse, este é o primeiro presidente eleito depois de 29 anos e, talvez mais do que tudo, a falta de um programa de governo explícito, a ausência do então candidato nos debates, as mudanças de rumo no seu programa eleitoral e o apoio que recebeu de setores tão díspares como a Fiesp e os "descamisados", tornaram seu governo um enigma que todos querem decifrar.

Após a eleição, sua atuação contribuiu pouco para esclarecer qual o rumo que tentará dar ao país, tornando a maior parte das análises um exercício de futurologia. Entretanto, em meio a este quadro de expectativas e de indefinição, a empáfia do novo presidente e sua postura de boxeador confiante entrando no ringue sensibilizam até mesmo os mais céticos.

A impressão de que o novo presidente tem "peito e raça", de que "vai dar conta do recado", não se submeterá a pressões de nenhum tipo e tomará as medidas corajosas que o presidente Sarney "não teve coragem", tem permitido uma postura quase religiosa (afinal, algum dia o Messias ia ter que chegar) por parte da população e até mesmo de observadores teoricamente mais qualificados, a qual permite o esquecimento da crise atual e abre espaço para contemporizações de todo tipo.

Neste processo, muito têm contribuído os economistas de plantão que, por ingenuidade ou oportunismo, têm limitado o debate sobre as saídas da crise a um conjunto de medidas aparentemente de consenso: desindexação, reforma tributária com aumento da carga fiscal e eliminação de incentivos, maxidesvalorização, "tarifaço", alongamento do perfil da dívida interna, renegociação da dívida externa, desestatização, abertura da economia para o capital estrangeiro, liberação das importações, elimi-

nação dos subsídios, reforma administrativa, venda do patrimônio da União, entre outras. Como em qualquer receita de bolo, a única discordância seria quanto à proporcionalidade dos ingredientes, teoricamente conhecidos. Bastariam competência técnica e coragem política para se armar e implementar um pacote econômico coerente que, no curto prazo, abortaria o processo inflacionário e, no médio prazo, criaria as condições para a retomada do crescimento.

Colocada nestes termos, a atual crise por que passa o Brasil não é debatida em sua profundidade. As verdadeiras dificuldades para sua superação não são esclarecidas, assim como os diferentes rumos que o país pode tomar, as decorrências e custos referentes a cada um destes rumos, também são ignorados. Tudo se passa como se agora, magicamente, as condições para a superação dos problemas estivessem dadas e não fossem traumáticas.

A crise em sua aparência é uma crise do Estado cujo padrão de financiamento esgotou-se. A resolução, portanto, dependeria apenas do seu saneamento. A grande dificuldade, entretanto, é que em sua essência a crise decorre de uma disputa intracapital, o que a torna muito mais impermeável a certas soluções.

Esta essência só é captada refazendo-se a trajetória que levou ao esgotamento dos canais de financiamento do Estado. Isto porque cada passo deste processo resultou da existência ou levou à emergência e consolidação de interesses privados. Conseqüentemente, sanear o Estado implica desarmar esta rede de interesses altamente imbricados na economia. Seria fácil (e os economistas de plantão já sabem inúmeras receitas de como fazê-lo) se isto não resultasse em grandes perdas patrimoniais que, é óbvio, não serão aceitas tranqüilamente.

A acumulação capitalista no Brasil, já de longa data, vem se beneficiando de todo tipo de transferências diretas ou indiretas por parte do Estado: créditos subsidiados, incentivos e isenções fiscais, reservas de mercado, tarifas públicas subsidiadas, mercados cativos das empresas estatais, política cambial e valorização financeira através da dívida pública. Estes são instrumentos de qualquer economia capitalista mas, no Brasil, o custo destas transferências foi o surgimento da dívida externa e da dívida interna, ambas fictícias na medida em que não têm contrapartida em produção de riqueza da mesma magnitude.

Sanear o Estado, portanto, significa mostrar que o rei está nu: explicitar que a suposta acumulação de capital realizada por diversos setores nos últimos anos não é real, que estes setores não têm a riqueza que imaginavam e, além disso, não terão mais à sua disposição os mecanismos que até agora tiveram para realizar sua suposta acumulação.

A magnitude a que chegou a crise torna insuficiente qualquer tentativa de saída que jogue apenas sobre o trabalho o seu ônus. Setores do capital terão que ser fortemente atingidos, e é por isso que as dificuldades concretas são maiores do que aparentam. Além de competência e coragem política para se armar e implementar um conjunto de medidas eco-

nômicas, é fundamental força política para se controlarem os movimentos defensivos que necessariamente ocorrerão por parte dos setores atingidos, pois o perigo, neste momento, é que a supremacia dos interesses privados sobre os coletivos provoque desajustes na economia e pressões políticas de tal ordem que detonem o processo hiperinflacionário.

Compreendido isto, o impasse atual fica claro: o esgotamento dos mecanismos de financiamento do Estado através da acumulação de uma riqueza imaginária colocou o país à beira de um processo hiperinflacionário. A continuidade deste processo leva, inexoravelmente, à hiperinflação. Entretanto, a correção do rumo ou, em outras palavras, o controle da inflação e a retomada de uma trajetória de crescimento passam, necessariamente, por um processo doloroso, que também pode desencadear a hiperinflação e cujo resultado final, além disso, não está predeterminado. Quais setores do capital serão preservados e liderarão o novo ciclo econômico, depende da luta travada durante o processo.

É impossível no bojo de um artigo fazer uma radiografia completa da situação econômica brasileira atual, mas alguns exemplos podem clarificar o quadro acima exposto.

Talvez um dos setores mais emblemáticos seja o exportador. Na medida em que a tentativa de pagamento da dívida externa pautou a política econômica nos últimos 10 anos, todos os esforços foram direcionados no intuito de se alcançar mega-superávits comerciais. O sucesso extraordinário desta política (US\$ 16 bilhões de superávit comercial é superávit para país nenhum botar defeito) só foi possível graças às isenções e incentivos fiscais, às tarifas públicas subsidiadas, à política cambial, assim como à atração, através dos ganhos realizáveis no mercado financeiro, para a internalização dos dólares obtidos pelos exportadores. O custo entretanto foi alto: uma imensa perda fiscal; o colapso financeiro das empresas estatais que tiveram suas tarifas controladas e seus custos magnificados pela política cambial; um aumento descomunal do custo da dívida interna, utilizada tanto para atrair a internalização dos dólares como para enxugar a liquidez decorrente dessa internalização; e, conseqüentemente, o aumento do déficit público e a exacerbação das expectativas negativas tanto em relação à situação cambial, quanto à situação financeira do setor público, sem falar dos problemas de restrição de oferta interna.

Interromper esta dinâmica não é fácil. Combater o déficit público implica acabar com as isenções e incentivos fiscais aos exportadores e promover um saneamento das empresas públicas, ou seja, realizar drástico reajuste de tarifas e evitar políticas cambiais muito agressivas. Isto feito, provavelmente muitos dos exportadores perderiam competitividade no mercado internacional, o que significa comprometer a possibilidade de se atingirem os US\$ 16 bilhões de superávit ao ano. Impõe-se portanto, a renegociação da dívida externa brasileira e o redirecionamento deste setor, ou parte dele, para o mercado interno, no qual, certamente, sem os privilégios que auferiam pelo fato de gerarem os dólares que o país precisava, muitas das empresas teriam reduzidas suas margens de ganhos. Seria

trivial se o setor exportador não tivesse mecanismos de defesa, e se nossos credores externos estivessem dispostos a aceitar sem retaliações uma decisão unilateral sobre a dívida externa.

O colapso do balanço comercial durante o Plano Cruzado revela a dimensão do impacto que uma atuação desestabilizadora dos exportadores pode ter sobre a economia. Qualquer indefinição em relação à dívida externa lhes dá o poder de jogar com as expectativas e provocar uma crise cambial, combustível altamente inflamável para uma hiperinflação. Como a definição de novas relações externas comerciais e creditícias para o país não é algo que se consiga rapidamente e sem seqüelas, a questão do *timing* aqui pode ser decisiva: uma crise cambial pode emergir antes que a renegociação externa seja levada a cabo, ou se esta não for realizada na profundidade necessária para impedir o surgimento de expectativas negativas na área cambial que acentuem a dolarização da economia e a fuga generalizada para outros ativos reais.

Ainda na área industrial, a já mencionada busca de superávits reforçou a política de controle quantitativo de importações, o que também resultou em perda fiscal para o governo, além de ter impedido a modernização tecnológica em vários setores. Porém, funcionou como reserva de mercado para inúmeros subsetores industriais cuja competitividade estaria ameaçada por uma maior abertura da economia ao exterior. Quebrar este padrão de funcionamento é uma faca de dois gumes: sem uma política industrial que defina rumos e uma renegociação da dívida externa que viabilize uma folga cambial, corre-se o risco não só de uma quebra generalizada (*à la* Martinez de Hoz na Argentina) como também de estrangulamento cambial. De qualquer forma, mesmo supondo otimismo sobre o controle simultâneo de todas estas variáveis, a reorganização do parque industrial brasileiro implicará um forte processo de concentração de capital e, conseqüentemente, grandes perdas patrimoniais.

Um outro exemplo contundente de setor que cresceu às custas da deterioração das contas públicas e da inflação, que portanto seria punido em um programa de estabilização, mas que também tem um poder altamente desestabilizador, é o setor financeiro. Analisando-se apenas um dos seus segmentos, os bancos comerciais, percebe-se que, apesar do recente porém acelerado movimento em busca de mudança do seu perfil, através da compra de ativos reais do porte de indústrias, o grande espaço de valorização de seu capital sempre foi e ainda é a dívida pública. O papel de intermediador ficou restrito à compra e venda de títulos públicos cuja liquidez, segurança e rentabilidade garantiam uma valorização superior a qualquer alternativa. O controle da inflação e a desvalorização da dívida interna cortariam a um só tempo sua valorização passada e sua fonte de valorização futura. Isto significaria a quebra de várias das megaestruturas bancárias desenvolvidas nos últimos anos com o intuito de captar dinheiro barato e valorizá-lo às custas do governo, com sério risco de uma desorganização da economia. O sistema bancário seguramente tentaria repassar para seus clientes o ônus, gerando um efeito cascata de forte im-

pacto desorganizador, tanto sobre as relações de débito e crédito da economia, como sobre o nível de atividade. Neste cenário não seria exagero supor uma corrida bancária, também um combustível para uma hiperinflação.

Assim como os exemplos citados, existiria outra infinidade de exemplos de setores (as usinas de álcool e açúcar do Nordeste, as ZPEs, as grandes propriedades agrícolas exportadoras etc), cuja necessidade de redirecionamento e/ou redimensionamento é inquestionável dentro de qualquer programa sério de estabilização que vise a garantia de um retorno a um crescimento sustentado. No entanto, como se percebe, isto infelizmente não poderá ser feito sem traumas do ponto de vista de emprego, patrimônio e renda futura, e sem risco de desencadeamento de um processo hiperinflacionário.

A crise é profunda e as soluções, apesar de muitas vezes já serem óbvias, não nascerão de um parto sem dor.

Não existe plano econômico, por mais corajoso e bem montado que seja, nem Rambo, por mais poderoso que seja, que consiga arbitrar perdas e ganhos. A disputa será selvagem e dar-se-á no jogo político no qual, sem dúvida, o presidente é um ator importante que, entretanto, tem fortes concorrentes em cena.

Lídia Goldenstein é professora do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisadora do Cebrap. Já publicou nesta revista "O Porquê do Pessimismo" (Nº 22).

Novos Estudos
CEBRAP
Nº 26, março de 1990
pp. 39-43
